



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0501/08	DATA: 23/04/2008
INÍCIO: 15h07min	TÉRMINO: 19h09min	DURAÇÃO: 04h02min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 35min	PÁGINAS: 14	QUARTOS: 7

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Aprovação de requerimento. Adiamento do depoimento do Sr. Antônio Teixeira Alexandre Neto.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa e reiniciada.
Há intervenções fora do microfone.
Há expressões ininteligíveis.
Houve a presença de membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Declaro aberta a 29ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar escutas telefônicas clandestinas ilegais, conforme denúncia publicada na revista *Veja*, edição 2.022, nº 33, de 22 de agosto de 2007.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 26ª reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Peço dispensa, Sr. Presidente, tendo em vista o avulso que foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Deputado Simão Sessim pede a dispensa da leitura da ata.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, os Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Esta reunião foi convocada para a tomada de depoimento do Dr. Antônio Teixeira Alexandre Neto, Delegado-Adjunto da Divisão Anti-Seqüestro da Polícia Civil do Rio de Janeiro, e deliberação de requerimentos.

Pergunto ao Secretário desta Comissão se o convocado se encontra nesta Câmara dos Deputados.

O SR. SAULO AUGUSTO PEREIRA - (*Fora do microfone*) Encontra-se.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, por que não fazemos uma inversão de pauta e passamos à deliberativa, enquanto chega o depoente?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Sr. Relator, com a palavra.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Gostaria que a Assessoria da Comissão informasse se o depoente foi regularmente intimado, se ele acatou a intimação e se ele compareceu à audiência.

O SR. SAULO AUGUSTO PEREIRA - Não, ele foi devidamente convocado, encontra-se na Câmara dos Deputados, mas não em função da nossa convocação, onde ele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - (*Fora do microfone*) - Sabe dizer isso...



O SR. SAULO AUGUSTO PEREIRA - Não, sei que ele está aqui na Casa por causa da Comissão de Direitos Humanos, porque ele recebeu um convite para vir aqui pela Comissão de Direitos Humanos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E ele apresentou alguma justificativa para não estar presente na audiência de hoje?

O SR. SAULO AUGUSTO PEREIRA - Não apresentou.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, diante da informação de que o depoente se encontra na Câmara dos Deputados volitivamente, porque me parece que, para essa audiência na Comissão de Direitos Humanos, ele não foi convocado, foi convidado, diante do fato de ele ter sido convocado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito e não ter apresentado nenhuma escusa e diante de ele estar na Casa, eu gostaria que V.Exa. determinasse a condução coercitiva dele a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Há ainda sobre a Mesa requerimento da Deputada Marina Maggessi, que requer a condução coercitiva, com base no art. 218 do Código de Processo Penal, do Sr. Delegado-Adjunto Antônio Teixeira Alexandre Neto, da Divisão Anti-Seqüestro da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Com a palavra a Deputada Marina Maggessi.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Muito obrigada.

Sr. Presidente e Senhores membros desta CPI, ele chegou a dizer, via telefone, ao Secretário Saulo que ele não viria e, lá no Rio de Janeiro, ele disse para todo mundo que ele não vem porque ele é um homem doente, porque ele faz o que quer e que esta CPI não tem poderes. Quis o destino que ele estivesse convocado, e aqui está gozando de plena saúde, fazendo uma audiência pública aqui ao lado, no Plenário nº 09.

A minha justificativa é que a recusa a comparecer perante esta CPI, na condição de testemunha, caracteriza um completo desdém para com esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Em primeiro lugar, tendo em vista que o convocado se encontra nesta Casa e ainda não declinou o seu não-desejo de aqui comparecer, vou colocar em votação a seguinte proposição: que ele seja notificado de que esta audiência já começou e que aqui ele deveria estar e,



em seguida, se houver a recusa do seu comparecimento a esta Comissão, se deveríamos colocá-lo em condução coercitiva.

Essa seria, então, a questão que eu colocaria em votação.

Em primeiro lugar, que o Secretário desta Comissão fizesse a notificação de que já começou a audiência, se ele vai estar presente ou não, e, se ele se negar a aqui comparecer, que ele seja então conduzido para prestar o seu depoimento.

Sr. Relator?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Tenho plena concordância com a formulação de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Em votação a proposição da Deputada Marina Maggessi, com a colocação por mim feita.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu suspenso esta reunião pelo prazo de 15 minutos... Não, ao contrário: enquanto se procede à notificação, nós vamos passar ao item 1 da pauta...

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Fica suspensa, então, por 15 minutos esta audiência de tomada de depoimento, e nós iniciaremos agora uma nova reunião para deliberação. (*Pausa.*)

Deliberação de requerimentos.

Item 1 da pauta.

Requerimento nº 77, de 2008, do Sr. Deputado Nelson Pellegrino, Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que solicita sejam requisitados documentos e informações junto à 12ª Vara Federal, necessários ao avanço e à continuidade dos trabalhos desta CPI.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discuti-la, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento do Deputado Nelson Pellegrino permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.



Encerrada a parte deliberativa, por ter sido esgotada a pauta, eu interrompo por 15 minutos esta reunião, para que em seguida seja tomado o depoimento do Sr. Alexandre Neto.

(É suspensa a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou dar ciência à Comissão das certidões do Sr. Saulo Augusto Pereira, Secretário desta Comissão, no sentido de que não obteve, por parte da Comissão de Direitos Humanos, a colaboração para que pudesse chegar até o notificado para informá-lo da necessidade do seu comparecimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.
(Pausa.)

Tendo em vista as informações prestadas, fica, então, mantida a deliberação feita por esta Comissão Parlamentar de Inquérito no sentido de que o mesmo deverá ser informado da necessidade do seu comparecimento tão logo termine a sua audiência na Comissão de Direitos Humanos, para comparecer e prestar o seu depoimento, para o qual foi convocado por esta CPI. Em havendo recusa, deverão ser adotadas as formalidades legais cabíveis à recusa, ou seja, a condução coercitiva e, no caso de resistência, a aplicação das devidas medidas legais.

Eu vou suspender os trabalhos desta Comissão, em função do início da Ordem do Dia, e ela recomeçará tão logo termine a Ordem do Dia para a continuação do trabalho e a oitiva do convocado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado Tenório.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - O convocado continua sob a condição de convocado, e nós iremos suspender a sessão. Se, nesse intervalo, ele concluir lá o seu depoimento e vier aqui e estiver suspensa, que procedimento será adotado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ele está convocado. Ele deverá permanecer até a reabertura dos trabalhos ainda hoje, após o término da Ordem do Dia, porque eu não estou encerrando esta reunião, estou apenas suspendendo, para atender à determinação da Ordem do Dia, e, tão logo ela termine, ele será ouvido nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Para anunciar a presença do Presidente Pompeo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Presidente.
(Pausa.)

Está suspensa a reunião e ela reiniciará tão logo termine a Ordem do Dia, para a oitiva ou para a adoção das medidas legais cabíveis em relação ao depoente.

(É suspensa a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou reabrir esta sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito, em função da apresentação do intimado para a data de hoje, o delegado da Divisão Anti-Seqüestro do Rio de Janeiro Dr. Antônio Teixeira Alexandre Neto, que compareceu hoje à Comissão de Direitos Humanos, onde prestou também um depoimento. S.Sa alega motivos de força maior para não fazer o seu depoimento na data de hoje e se coloca, respeitosamente, à disposição desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

E, tendo em vista que se submeterá a uma operação, chegou a um acordo com esta Presidência, que vou submeter ao Plenário, para ser ouvido no dia 20 de maio deste ano, quando ele virá acatando a convocação feita por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, essa é a proposição. Parece-me que é razoável.

Estão presentes aqui também membros da Comissão de Direitos Humanos — o Deputado Pompeo de Mattos, o Deputado Chico Alencar e a Deputada Iriny Lopes. E, perdão, o ex-Senador e hoje Deputado Sebastião.

Portanto, vou dar, primeiramente, a palavra ao Relator, para ver se concorda com a data proposta; depois, vou dar a palavra à autora do requerimento, e, em seguida, aos demais Deputados que queiram se manifestar. Depois, deliberaremos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Presidente, Sr. Depoente, Srs. Deputados e Deputadas integrantes desta CPI e, em especial, integrantes da Comissão de Direitos Humanos, a quem, primeiramente, gostaria de dirigir-me.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem tido muita parcimônia nos seus trabalhos, muita preocupação em conduzir os seus trabalhos de forma tranquila, apurando o que tem de apurar, buscando a verdade onde ela estiver e até, em algum momento, focando a sua preocupação muito mais num trabalho de



prevenção, de sugestão, de mudanças na legislação e nos procedimentos, para evitar essa enxurrada de gramos criminosos que tem acontecido no nosso País e até gramos legais mas com muita permissividade.

Nesse sentido, temos ouvido todos os que tenham sido convidados, convocados a depor nesta Comissão e, não temos adotado medidas extremas, salvo em casos muito excepcionais.

A Deputada Marina Maggessi relatou a esta Comissão um fato ocorrido no Rio de Janeiro. Um ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil esteve nesta Comissão e fez um relato que reputamos de gravidade em relação à interceptação clandestina da linha telefônica do seu escritório de advocacia. Não era qualquer pessoa, era o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro; portanto, uma interceptação ilegal. Fez uma série de ilações, e, a partir disso aí, houve um requerimento de convocação de uma das pessoas indicadas pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

Fizemos a comunicação regular da intimação para esta audiência e não obtivemos êxito nessa convocação. Diante da não-obtenção desse êxito, lançamos mão das prerrogativas que qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito obtém e tem nesta Casa.

Portanto, não houve ação alguma desmedida, arbitrária, ou que tenha qualquer conteúdo de afronta à Comissão de Direitos Humanos. Longe disso. Sabem aqui os Deputados que eu já fui Vice-Presidente da Comissão por 2 anos e já fui Presidente de Direitos Humanos desta Casa. Tenho pela Comissão o maior carinho e respeito. Portanto, jamais adotaria qualquer medida que viesse no sentido de afrontar a Comissão ou até um depoente convocado e vindo regularmente por ela.

Considero que a vinda aqui do depoente espontaneamente à Comissão é salutar do ponto de vista do reconhecimento das prerrogativas da Comissão Parlamentar de Inquérito. O depoente entabulou com o Presidente da Comissão uma negociação para que ele pudesse ser ouvido por esta Comissão, alega que vai se submeter a uma cirurgia e que tem outros compromissos previamente agendados e sugere a esta Comissão a data do dia 20 de maio para o seu depoimento. Eu considero que essa data é um pouco longe, menos... quase um mês, mas considero que havendo um compromisso por parte do depoente de estar aqui nessa data,



mesmo com prejuízos, porque é um prejuízo para esta Comissão, para o seu andamento, para a sua regular apuração dos fatos, não me resta outro caminho, não... Quero deixar registrado aqui que a minha concordância ela não se dá por concordar com a data proposta e, sim, diante de uma circunstância concreta, real, de uma quase que imposição por parte do depoente dessa data.

Portanto, diante desse fato eu tendo a aquiescer com essa data, muito menos por considerar que é a data ideal, e muito mais pelas circunstâncias que foram colocadas como ensejadoras dessa ação.

Essa é minha opinião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra a Deputada Marina Maggessi.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Sr. Presidente, o senhor disse que ele apresentou motivos para não depor hoje. O senhor poderia compartilhar conosco que motivos foram esses?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputada Marina Maggessi, o depoente alega que a notificação, segundo entendimento dele, não seguiu as formalidades que ele entende, segundo a interpretação que ele faz das leis, o rito que deveria ter sido adotado. Mas, não obstante, ele comparece aqui e se coloca à disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito, e que reunirá uma série de documentos que poderão consubstanciar o seu depoimento a esta CPI, que ele entende serem pertinentes à análise desta Comissão Parlamentar de Inquérito. E, em razão de uma operação a que ele irá se submeter, ele se coloca à disposição e coloca uma data de comum acordo com esta Presidência para o dia 20 de maio.

Então, é nesse sentido que, respeitosamente, ele se coloca à disposição da CPI para no dia 20 aqui comparecer e responder aos questionamentos e trazer uma documentação que ele julga ser pertinente para a importância desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - O senhor também disse que ele precisa de um mês. Quando é a data dessa cirurgia? Já está marcada a cirurgia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A data da cirurgia já está marcada?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - (*Fora do microfone.*)
Excelência, com todo respeito...



A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - No microfone, Dr. Antônio....

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - (*Fora do microfone.*)... a cirurgia será numa data que eu...

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Mas eu estou perguntando para ele se ...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - (*Fora do microfone.*)... é uma data que eu me reservo... (*ininteligível*) já que eu sofri uma (*ininteligível*)...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Mas isso não é para.... o requerimento é meu...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Ilustre Deputada, não vou agora dar a data de onde vou fazer e quando vou fazer. Eu estou acobertado por um BIM, Boletim de Inspeção Médica, até o dia 30 deste mês. Vou aparecer aqui em respeito ao senhor, que foi nosso Secretário de segurança e laborou com todo o respeito com relação à Policia Civil e à Polícia Militar. Então, eu me reservo o direito de não dar esse tipo de informação, porque eu não sei até que ponto vou sofrer novas investidas e comentários veiculados pela imprensa

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputada Marina, ele informa que ele está com um BIM de 30 dias...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Ele está lotado na DAS...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputada Marina, mas eu não estou aqui por um confronto de posições...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Eu só quero a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu estou aqui, na verdade, como o Presidente e ...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Exatamente, mas ele não tá em situação adversa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ... e nós chegamos a uma composição por parte disso, e eu espero que V.Exa. compreenda essa questão. E ele apresentou um BIM a esta Comissão de que ele está com 30 dias com base nesse BIM que ele apresentou aqui a Comissão, e ele está à disposição da Comissão e ele virá aqui depor no dia 20, conforme o desejo desta Comissão, no respeito que ele demonstra ter a esta Comissão .



A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Ele não tem. Não tem respeito, é só olhar para ele, que o senhor vê, não é? Olha como ele olha para mim.

O que acontece é o seguinte: o requerimento para que ele prestasse depoimento hoje foi de minha autoria, foi aqui, nesta Comissão, aprovado que ele prestasse depoimento hoje. Eu quero que ele saia daqui sabendo que ele tem de agradecer aos Deputados, todos que se envolverem nessa negociação absurda, nesse circo por que ele fez esta Casa passar. E, em respeito a V.Exa. e a todos os outros, eu concordo com o que esta CPI resolver. Mas eu lembro a V.Exa. que nós estamos em sessão. Para deliberação, vai ficar difícil.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Deputada Marina, Deputado — Sr. Presidente, permita-me que eu faça...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Simão Sessim com a palavra.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Deputada Marina, vamos tentar levar esta nossa reunião no mesmo diapasão que temos seguido. Aliás, o Relator foi muito feliz. Esta Comissão tem buscado, de todas as formas, reuniões que nos dêem subsídios para que possamos...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Mais alguém nos confrontou assim?

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - ... levar esta Comissão no mesmo tom que nós levamos em todas as outras.

E esse apelo que V.Exa. faz com relação à deliberação no horário concomitante com o plenário, porque a Ordem do Dia ainda está em vigência lá, eu gostaria de dizer que nós cansamos de fazer isso, desde que não seja um ato deliberativo. Não há um requerimento a aprovar. O que há é um adiamento de um depoimento. E eu acho que hoje ou dia 20, ele não vai alterar nada. Ele pode até melhor trazer subsídios.

Eu queria apenas dizer, para encerrar, Sr. Presidente, que, além de concordar, faço um apelo à Deputada Marina para que tire esse óbice com relação à reunião do plenário que está existindo agora, porque a CPI — o Regimento é claro — não pode ter reunião deliberativa. E nós não estamos deliberando nada. Nós estamos adiando um... a deliberativa foi antes do depoimento. Já houve, foram aprovados os requerimentos que haviam na data de hoje, ela foi encerrada e aberta



a oitiva. A oitiva seria do Dr. Alexandre Neto. No momento em que ele não pode e está pedindo prazo, acho que nós podemos concordar. No dia 20, vamos ouvi-lo. E é naquela mesma linha que o nosso Presidente se inspirou para convocar esta nossa CPI.

Nós não estamos buscando culpados na CPI; nós estamos buscando exatamente elementos que possam trazer para nós subsídios, para que nós possamos fazer uma legislação que proteja a sociedade dessa paranóia que virou o grampo.

Ele sendo da área de seqüestro deve conhecer bem o assunto e pode trazer para cá colaborações.

Eu faço um apelo à minha querida colega e amiga...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Não. Eu já estou decidida.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - ... Deputada Marina, para que não crie obstáculo com relação ao problema da concomitância...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Não. Eu já decidi. Apesar de que... não vou criar obstáculo.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - ...com a reunião do plenário.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Eu não vou criar obstáculo nenhum, como eu disse.

Eu quero... Em respeito aos meus colegas da Comissão de Direitos Humanos — e eles sabem que o acordo não foi ele quem escolheu o dia. O acordo foi esta Comissão determinar o dia que ele viesse. É verdade ou não, Deputado Pompeo? Não que ele chegasse aqui e impusesse a data que ele quer, do jeito que ele quer, porque ninguém faltou a esta CPI, nem o Ministro Sepúlveda Pertence, nem o Diretor-Geral da Polícia Federal.

Então, eu vou votar com a maioria. Mas eu quero deixar aqui registrado: você só não vai depor hoje porque eu não quero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Francisco Tenório com a palavra.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Marina, nossa valorosa colega, eu concordo, Sr. Presidente, que o depoimento seja marcado para o dia 20, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Isso.



O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Agora, não posso deixar de registrar aqui que nós não podemos abrir esses precedentes em virtude do depoente, vamos assim dizer, estar presente aqui. Amanhã é um dia de trabalho normal. Se não pode dar esse depoimento agora, transferisse para amanhã. Mas a um mês praticamente de distância, realmente, é um prazo bruto, e a CPI está abrindo um precedente muito grande. Qualquer outro que assim pensar pode chegar aqui e dizer: "*Não, só quero depor daqui a um mês.*" E o precedente está aberto.

Então, eu sou solidário à Deputada Marina e não fico satisfeito em assim aceitar. Mas, em sendo deliberação de maioria, eu tenho obrigação de concordar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Bom. Então, eu vou deliberar, não sem antes fazer algumas considerações.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito vem trabalhando de forma unida com os mesmos objetivos. Aqui nós não estamos procurando tratar de questões pessoais. Nós tratamos de questões institucionais. Então, nós não podemos esperar que as pessoas coloquem as suas emoções acima das suas razões, na questão de que todos nós aqui somos representantes do povo e, como representantes do povo, temos de ser todos — todos, sem exceção — respeitados. E temos também de respeitar aqueles que aqui comparecem para depor. Eu sou daqueles que lutam pela prerrogativa do Congresso Nacional. Eu sou daqueles que vão às Comissões e digo que quando tem de chamar Ministro aqui não é convite. Quando se chama Ministro aqui, conforme a Constituição estabelece, é convocação. Agora, não há nenhum problema em que na convocação se chegue a uma data que seja conveniente não só à Comissão, mas também ao Ministro. E assim eu tenho feito na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Portanto, entendo que as razões apresentadas pelo depoente são razões que não fogem ao escopo desta CPI. Segundo informação que ele nos dá, ele tem outros documentos que poderão ser importantes para o deslinde desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Poderia ele inclusive, mesmo que inquirido fosse, recusar-se a se manifestar e depois poderia ele, por moto próprio, provocar esta CPI para ser ouvido em nova data. Então, na verdade, o que nós estamos fazendo aqui é aquilo que esta Comissão vem fazendo com muita propriedade: é seguindo as coisas de forma correta, justa e dentro do princípio da razoabilidade. Agora, jamais, em tempo algum, abriria mão da



prerrogativa que tem esta Casa de convocar e, se fosse necessário e se necessário fosse, trazer dentro da expressão cunhada no Judiciário porque a nós é dado o poder do Poder Judiciário, quem quer que seja sob vara, se devidamente notificado e no dia apropriado.

Portanto, eu acho que nós chegamos a um consenso. Poderia até ser adiada esta reunião em função da questão da Ordem do Dia, o que não foi, e eu acho que nós chegamos a um consenso que vai permitir que esta CPI avance e avance inclusive com as preciosas informações que poderão ser trazidas pelo depoente. E eu vou aqui deixar claro uma questão tanto em respeito à minha colega de Câmara, Deputado Marina Maggessi, como ao depoente, um colega de profissão, porque policial é. Aqui nós estamos tratando de questões institucionais. E eu, na condição de Presidente, espero, respaldado pelos meus Pares, não devemos permitir que a emoção e questões pessoas interfiram nesse posicionamento.

Então, em razão disso, está acordado o dia 20 de maio, o depoente está devidamente notificado para aqui comparecer, e eu espero poder contar com a sua presença, para que nos possamos avançar com esta CPI. E eu entrego neste ato a V.Sa. — e peço que passe recibo — a notificação para o comparecimento no dia 20 de maio, às 14h30, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Agradeço à Deputado Marina Maggessi a sua compreensão, o seu gesto, como também agradeço aos demais Deputados, principalmente aqueles da Comissão dos Direitos Humanos que aqui compareceram em apoio às decisões tomadas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque eu não tenho a menor dúvida de que V.Exas. jamais abririam mão da prerrogativa que esta Casa tem em função de outras questões que não são aquelas que a lei nos autoriza.

Deputado Pompeo com a palavra, Presidente da Comissão dos Direitos Humanos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente Marcelo Itagiba, em seu nome quero cumprimentar todos os integrantes da CPI que investiga os gramos ilegais, cumprimentar também os meus colegas da Comissão dos Direitos Humanos, Deputado Sebastião Bala, Deputado Chico Alencar e Deputada Iriny Lopes, e dizer que nós chegamos a bom termo no impasse que se vislumbrava, mas graças à sabedoria de V.Exa., pela experiência que tem na área, e graças à compreensão de todos os colegas Parlamentares da Comissão Parlamentar de



Inquérito e também o diálogo estabelecido com a Comissão dos Direitos Humanos, nós chegamos a bom tempo no sentido de estabelecer uma relação harmoniosa, uma relação de respeito e de equilíbrio, até porque era nosso convidado lá e nós não sabíamos que era convocado aqui. Então, deu-se esse impasse, que não era da nossa vontade absolutamente, mas o diálogo preponderou, e aquilo que nós combinamos com V.Exa. — quero aqui dar o testemunho — foi cumprido a risco por esta Comissão.

Então, quero estender aqui, primeiro, o reconhecimento da Comissão de Direitos Humanos; segundo, elogios à Mesa Diretora da Comissão Parlamentar de Inquérito. Curiosamente, pela primeira vez, a Comissão de Direitos Humanos veio para uma CPI nessas circunstâncias.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Poderia vir sempre.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas é um trabalho que nós temos realizado — e todos aqui praticamente já participaram de CPI. Eu participei de várias CPIs, inclusive de uma no Rio de Janeiro, como Parlamentar, e V.Exa. era...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Superintendente da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - ... Superintendente da Polícia Federal e nos ajudou em muito no Rio de Janeiro, deu-nos costado, aquilo que a Polícia Federal, com capacidade, sempre faz — e muito bem.

Então, eu quero parabenizar e agradecer à CPI e aos seus integrantes, à Deputada Marina Maggessi, que também teve essa compreensão, esse discernimento, e dizer que fico contente também, porque aquilo que era uma dúvida, agora é uma certeza: a vinda do Dr. Alexandre à Comissão Parlamentar de Inquérito. Todo mundo estava duvidando, e agora está consolidado, está devida e regularmente intimado, e eu não tenho dúvida que ele não faltará a esse compromisso. Se faltar, vai faltar juridicamente com a CPI, mas vai faltar eticamente com a Comissão de Direitos Humanos, que esteve ao lado dele neste final de tarde e início de noite.

Muito obrigado e parabéns, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu agradeço as palavras do Deputado Pompeo de Mattos.



Fica, então, marcada a reunião para essa oitiva, tendo a certeza de que todos nós continuaremos a laborar na busca da verdade. E aqui eu sempre digo: seja a autoridade ou seja o criminoso nós temos de tratar sempre a todos com respeito e com dignidade.

Tendo dito isto, está encerrada a presente reunião.